

## **INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL: UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS ENTRE O RURAL E O URBANO NO BRASIL (2016-2024)**

### **MULTIDIMENSIONAL SOCIOECONOMIC INSUFFICIENCY: A LOOK AT THE DIFFERENCES BETWEEN RURAL AND URBAN BRAZIL (2016-2024)**

**Vítor Daniel da Silva Oliveira**

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**

**E-mail: [silvadaniell23415@gmail.com](mailto:silvadaniell23415@gmail.com)**

**Cassiano José Bezerra Marques Trovão**

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**

**E-mail: [cassiano.trovao@ufrn.br](mailto:cassiano.trovao@ufrn.br)**

**Juliana Bacelar de Araújo**

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**

**E-mail: [julianabacelararaujo@gmail.com](mailto:julianabacelararaujo@gmail.com)**

**Antonio Hermes Marques da Silva Junior**

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**

**E-mail: [ufrn00625@ufrn.edu.br](mailto:ufrn00625@ufrn.edu.br)**

#### **Grupo de Trabalho (GT): GT 06. Desenvolvimento rural, territorial e regional**

##### **Resumo**

A pobreza e a desigualdade nas áreas rural e urbana apresentam-se como desafios estruturais que exigem um olhar multidimensional. Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de analisar a combinação desses fenômenos, por meio do que se denomina Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), baseando-se na metodologia desenvolvida por Trovão et al. (2023). Para tanto, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2016 a 2024. Os resultados apontam para a existência de um grau mais elevado de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) no meio rural, em todas as dimensões analisadas, quando comparado ao observado para o urbano. Houve um agravamento relativo da insuficiência na dimensão condições habitacionais, em 2024, para a área rural, em contraponto à área urbana. Os dados apontam, ainda, para a necessidade da promoção de políticas públicas que atentem para a insuficiência de acesso percebida pelos domicílios rurais, de forma a reduzir o hiato entre os espaços rural e urbano no Brasil.

**Palavras-chave:** Índice; Multidimensional; Insuficiência Socioeconômica; rural; urbano.

##### **Abstract**

Poverty and inequality in rural and urban areas present structural challenges that require a multidimensional approach. Therefore, this study aims to analyze the combination of these phenomena through what is called Multidimensional Socioeconomic Insufficiency (MSI), based on the methodology developed by Trovão et al. (2023). To this end, microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua), published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), for the years 2016 to 2024, were used. The results indicate a higher degree of Multidimensional Socioeconomic Insufficiency (MSI) in rural areas, across all dimensions analyzed, compared to urban areas. Housing conditions worsened in 2024 in rural areas, as opposed to urban areas. The data also point to the need to promote public policies that address the lack of access perceived by rural households, in order to reduce the gap between rural and urban spaces in Brazil.

**Key words:** Index; Multidimensional; Socioeconomic Insufficiency; rural; urban.

## **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo da presente pesquisa é apresentar a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) para os espaços rural e urbano no Brasil. Para tanto, a pesquisa faz uso da metodologia desenvolvida por Trovão et al. (2023). Essa ferramenta metodológica de cunho socioeconômico contribui para uma análise em ótica multidimensional que pode ser aplicada ao estudo de um fenômeno que combina características de pobreza e de desigualdades para os espaços urbano e rural no Brasil.

Para tanto, são utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2016 a 2024. Evidencia-se que não foram divulgados dados de condições de vida e habitação para a PNAD Contínua, para os anos de 2020 e 2021 pelo IBGE, o que implica em um diagnóstico menos preciso em relação aos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19.

O Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) configura-se como um instrumento de análise da privação ou insuficiência de acesso a diversos elementos essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade, sendo uma caracterização não somente de pobreza, como também, das desigualdades na medida em que essa privação termina por distanciar/diferenciar classes, domicílios, pessoas etc. na medida do grau desta privação (TROVÃO et al., 2023).

Segundo Bossert et al. (2009), a mudança metodológica das abordagens unidimensionais para multidimensionais, da pobreza e da desigualdade, tem se mostrado um desenvolvimento relevante para analisar esses fenômenos. Para Bourguignon e Chakravarty (2003), a renda não deve ser o único fator utilizado para medir o nível de bem-estar da população, justamente porque se deve agregar outros fatores não-monetários, como a alfabetização e o fornecimento de bens públicos.

Segundo Trovão (2015), a desigualdade apresenta uma complexidade multifacetada. Aponta que o sistema econômico tende a concentrar riqueza, gerando desvantagens significativas para grande parcela da população, não apenas em termos de remuneração, mas também por limitações no acesso a bens e serviços essenciais para a reprodução da vida.

Trovão et al. (2023) procuraram desenvolver um conceito que contemplasse esses fenômenos de forma integrada. Para os autores, esse fenômeno é a insuficiência socioeconômica multidimensional, que se mostra como a insuficiência de acesso a elementos fundamentais para a reprodução material da vida em sociedade, manifestando-se em diversas dimensões. Como apresenta um caráter multidimensional, acaba por combinar propriedades da pobreza e da desigualdade. A relação com esses fenômenos é resultado da concepção de

que a insuficiência socioeconômica retrata uma condição de privação de acesso em várias dimensões, que promove um estado de segregação social.

Diante disso, por meio do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), busca-se captar as diferenças de acesso a um amplo conjunto de elementos entre os espaços rural e urbano no Brasil, e investigar se essas diferenças se alteraram ao longo do tempo. Procura-se ainda ampliar o debate na literatura econômica ao preencher uma lacuna por meio de uma abordagem metodológica que mede o grau de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), reafirmando a existência de disparidades estruturais e multidimensionais de acesso a, por exemplo, bens e serviços básicos entre áreas rurais e urbanas no país.

O artigo está dividido em quatro seções, para além desta introdução. A segunda busca-se contextualizar as variadas especificidades desses fenômenos socioeconômicos em termos da situação dos domicílios, isto é, se situados no meio rural ou nos espaços urbanos. A terceira seção explora a abordagem metodológica. A quarta seção deste estudo apresenta os resultados das estimativas realizadas. Já, na última seção, são feitas as considerações finais do estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

As desigualdades entre as áreas rural e urbana possuem raízes históricas e caráter estrutural, associado ao processo de ocupação socioespacial e formação econômica no Brasil. Um olhar atento para esse fenômeno e suas especificidades em cada uma dessas áreas exige uma abordagem multidimensional (SILVA, 2010).

O debate sobre a multidimensionalidade de fenômenos como pobreza, desigualdade e insuficiência socioeconômica e como eles se materializam no espaço exige um olhar para políticas que dialoguem intimamente com elementos como: garantia de acesso a serviços básicos de infraestrutura, à educação, à saúde, ao transporte público, saneamento básico etc. Essas dimensões não afetam apenas a vida da população residente em domicílios urbanos, mas, também, no meio rural. O tratamento diferenciado das políticas em valorizar a provisão de determinados serviços nas cidades, lança luz sobre os desafios que existem quando se trata de reduzir pobreza e desigualdade no campo (MEDEIROS et al., 2014).

De 1950 a 1970, o expressivo crescimento econômico observado nos países centrais, o surgimento de comportamentos e atores sociais e de novos estilos de vida, fizeram com que o pensamento econômico buscasse teorizar sobre o conceito de desenvolvimento. Esse tema

ganhou espaço na discussão política, econômica e social, abrindo espaço para o entendimento de que desenvolvimento poderia abarcar mais do que o crescimento da renda.

Derivado desse debate, a questão do desenvolvimento rural entrou em cena, dada a participação significativa da agricultura nas contas nacionais de diversos países, sobretudo dos periféricos, em consonância com a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), além da participação não desprezível da população residente no campo. Essa população também passou a demandar programas e políticas voltadas para atender às particularidades e realidades desse espaço (NAVARRO, 2001).

No Brasil, entre 1940 e 1980, a população urbana aumentou a participação de 31,24% para 67,59%. De 1930 a 1980, na área urbana, ocorreu um processo de concentração das atividades produtivas, o que permitiu uma marcha intra-regional de migração do campo para as cidades (HENRIQUES, 1985). No rural, verificou-se uma dinâmica de mecanização de atividades agropecuárias ao mesmo tempo em que se reforçaram modos de produção arcaicos - caracterizando o rural enquanto um espaço de reprodução da condição de pobreza (DEDECCA, 2013). A intensificação do êxodo rural ocorrido, particularmente, a partir da década de 1950, resultou em um processo desordenado de urbanização, que determinou a constituição heterogênea de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Esse cenário contribuiu para que a cidade se tornasse a região centralizadora de capital, da intelectualidade e da mão de obra qualificada. Já o campo ficou marcado como o espaço da produção agropecuária e da elevada participação da população de baixo nível de instrução (MARZULO et al., 2020).

As cidades, ao longo da história, constituíram-se, sobretudo na esfera política, como centro de poder e de comando sobre a forma de organização social em torno da produção no capitalismo moderno. O campo, à vista disso, acabou tendo sua agenda condicionada aos processos decisórios originados nas cidades. Como mostra Monte-Mór (2006), a urbanização das cidades é um fator relevante no estudo das condições sociais, especialmente no momento de expansão da indústria, na metade do século XX. Dentro do cenário de uma economia liderada pela atividade industrial, a cidade passa a monitorar e comercializar bens produzidos no campo, incorporando valor a eles.

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, concretizou-se o que se convencionou chamar na literatura de “Revolução Verde”. Como destaca Navarro (2001), nesse processo, o meio rural passou a apresentar novos padrões tecnológicos, que permitiriam romper com o antigo padrão arcaico de atividades produtivas, em alguns espaços, com uma nova

racionalidade econômica, uma vez que fortalecia a relação campo-cidade, ainda que subordinado aos interesses de grupos e classes sociais majoritariamente urbanas.

Apesar das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, reconhecidas por diversos autores, segundo Perekouski (2012), teria ocorrido um processo de mecanização da agricultura que promoveu uma relativa unificação gradual da relação entre as cidades e o meio rural. Para esses autores, a partir da década de 1980, ocorreu a necessidade de se fomentar o espaço rural como base para a ampliação da diversidade econômica, caracterizando novos modelos de produção e de subsistência, em contraponto ao que vigorava no passado.

Santos (1993), critica a abordagem tradicional de um “Brasil rural” e um “Brasil urbano”, ao dizer que o processo de urbanização ocorreu de forma generalizada, alcançando áreas agrícolas. Segundo o autor, existe uma interdependência entre o campo e a cidade, de forma que subdivide o país em urbano e agrícola. O primeiro prevalece como meio técnico-científico-informacional, que inclui cidades e áreas agrícolas modernizadas. Já, o segundo, se caracteriza como áreas que não estão totalmente integradas, porém possuem cidades e relações urbanas.

Essa visão impõe que o espaço urbano não seja somente um “mercado” para a produção agrícola do meio rural, mas, também, que rege a organização e regulação de atividades agrícolas, por meio, por exemplo, de tecnologia, crédito e logística. Assim, o rural imprime novas funções às cidades, como aquela relacionada à demanda de serviços e infraestrutura para o setor agrícola.

Ao longo das últimas duas décadas do século XX, em decorrência de manifestações no meio rural, tomou corpo um movimento para a (re) definição do campo, a partir de um esforço para romper com a idealização arcaica, até então, do "universo rural".

Nesse contexto, destaca-se a categoria de agricultores familiares, enquanto público-alvo de políticas promovidas pelo Estado na garantia do acesso aos bens básicos essenciais como saúde e educação, mas, também de apoio técnico-científico; de moradia; de assistência financeira (acesso ao crédito) etc. Para além disso, tem-se como elemento de destaque nesse movimento, as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua luta pela reforma agrária, que envolve o acesso à propriedade da terra. A concentração de terras contribui sobremaneira para explicar a desigualdade no espaço rural assim como entre o campo e a cidade, elevando a possibilidade de acirramento dos conflitos sociais no campo (MEDEIROS et al., 2014).

Conforme o Censos, de 1980 a 2000, ocorreu uma redução de 4,6% da população ocupada no meio rural, enquanto houve um aumento de cerca de 81% no urbano. Para o mesmo ano, a taxa de desocupação de 18 anos ou mais de idade, no rural foi de 4,49%, e no urbano 7,71%. Nas áreas rurais, em 2010, a proporção de pobres foi de 40,28%, e nas áreas urbanas de 10,57%.<sup>1</sup>

Apesar de a produção agropecuária ser uma importante atividade produtiva, que coopera com o crescimento econômico do país, ainda persiste uma alta incidência de pobreza e concentração de renda no meio rural (BEZERRA et al., 2023). Diante disso, a compreensão da realidade social e formulação de políticas públicas são motivos pelos quais se faz importante estudar a pobreza e a desigualdade, a partir de um esforço comparativo entre as condições observadas no meio urbano vis-à-vis aos presentes no rural.

No âmbito das políticas sociais que afetam a dinâmica desses espaços está o recente exemplo da política habitacional, liderada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, que contempla o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A unificação de programas de transferência de renda, ao longo dos anos 2000, fez com que o país se tornasse um exemplo de combate à pobreza e redução da desigualdade de renda. Essas políticas favoreceram as regiões mais pobres, o que inclui os espaços rurais, uma vez que parcela significativa de sua população ainda se encontra em condição de pobreza.

No entanto, apesar do progresso, a pobreza no meio rural ainda se mostra significativa, o que reacende o debate sobre a desigualdade espacial, e fortalece a necessidade de se adotar uma visão multidimensional da pobreza e das desigualdades (SERRA, 2017).

Um dos aspectos desse tipo de abordagem é justamente levar em consideração o acesso a serviços básicos. É nessa dimensão que as diferenças entre rural e urbano mais se manifestam. Isso reafirma não apenas a questão dos investimentos de maneira geral, como apontado anteriormente, mas aqueles que se destinam à ampliação da infraestrutura social. Sua expansão associada a políticas sociais é o que garante a ampliação do acesso a bens e serviços de uso coletivo como: tratamento de esgoto, água, energia, internet etc. Estudos que enfocam o acesso à infraestrutura, do ponto de vista da sua relação com a pobreza em seu conceito mais amplo, no Brasil, verificaram que os domicílios situados na área rural tinham acesso consideravelmente menor para diversas categorias de serviços, quando comparados àqueles localizados no espaço urbano (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2020).

---

<sup>1</sup> Proporção de indivíduos que apresentam renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$140,00 mensais, em reais do mês de agosto de 2010.

No âmbito do saneamento básico, Castro e Cerezini (2023), apontam que segundo dados de 2019, da Fundação Nacional de Saúde, nas aglomerações rurais próximas aos centros urbanos, apenas 55,6% da população residiam em domicílios com abastecimento de água adequado, cerca de 37% com esgotamento sanitário, 4% com manejo de águas pluviais e 44,8% possuíam manejo de resíduos sólidos. Já, conforme os índices do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), verifica-se que, em 2020, 93,4% da população residente em área urbana tinham acesso ao serviço de abastecimento de água, 98,7% apresentavam coleta domiciliar de resíduos sólidos, e 63,2% com acesso à coleta de esgoto.

Na dimensão educacional, a literatura revela que, em 2019, cerca de 75% das escolas localizadas em áreas rurais que ofereciam ensino fundamental no Brasil, tinham menos de cinco salas de aula, enquanto no meio urbano, apenas 13% das escolas apresentavam esse resultado. Essas discrepâncias são maiores nas regiões Norte e Nordeste do país (PEREIRA; CASTRO, 2021). Ademais, Pereira e Castro (2021), ao explicar acerca das tentativas efetuadas no Brasil, entre 1930 e 1970, para melhorar a qualidade do ensino e o acesso à educação no campo, destacam que muitas dessas medidas foram insuficientes para atender às necessidades da educação da população rural.

Dentre as distintas iniciativas tomadas nesse contexto, estão as Escolas Normais Rurais, que tinham como um dos objetivos, a formação profissional de professores com entendimento sobre a atividade agrícola, de forma a que esses pudessem difundir o afeiçoamento pelo trabalho agrícola e, dessa forma, possibilitar a permanência do indivíduo no campo.

Segundo Chaloba (2022), no entanto, o sucesso dessas ações dependia de um plano educacional voltado para o meio rural que garantisse a formação de pessoas tomadas de conhecimento amplo, que ampliasse as oportunidades de emprego no meio rural. Essa ideia reforça a visão de liberdade do economista Amartya Sen, no que tange a autonomia individual em escolher perante oportunidades sociais.

Assim, a literatura, nas mais diferentes abordagens teóricas, aponta para a existência de diferenças entre domicílios situados no meio rural e no urbano. Tais diferenças se manifestam em múltiplas dimensões o que reforça e justifica, não apenas o enfoque multidimensional, como a necessidade de uma metodologia que capte com a complexidade devida às diversas manifestações das desigualdades, da pobreza e da insuficiência socioeconômica.

### **3 METODOLOGIA**

O Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) foi desenvolvido para promover uma análise multidimensional da insuficiência socioeconômica, um conceito concebido por Trovão et al. (2023). Além disso, esse índice pode explorar informações contidas em pesquisas domiciliares. No presente estudo, serão utilizadas as informações disponibilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir de 2012, a PNAD se tornou uma pesquisa Contínua, passando por modificações em sua metodologia e escopo, o que garantiu a divulgação de informações conjunturais e estruturais. Sua divulgação acumulada nas distintas visitas de forma anual, permite captar elementos estruturais como a modificações nas condições de habitação dos domicílios brasileiros.

Segundo Trovão et al. (2023), o IISM permite captar o grau de insuficiência socioeconômica multidimensional de um país, região ou localização que agregue dados domiciliares. O IISM contempla seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda per capita e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada uma das dimensões é composta por um agrupamento de indicadores (Ver Quadro 1) que respondem à constatação e classificação de cada indivíduo e/ou domicílio segundo os critérios que definem a insuficiência socioeconômica em cada uma das dimensões pela qual a insuficiência se expressa.

A Lógica analítica é a seguinte: 1) caso a condição designada seja cumprida, o indicador assume valor 1 (um), ou 0 (zero) caso contrário; 2) faz-se o somatório dos indicadores avaliados para cada dimensão; 3) se a razão entre o somatório dos indicadores que receberam o valor 1 (um) (definido pelo cumprimento da condicionalidade definida no próprio indicador) em cada dimensão e o total de indicadores da dimensão for igual ou superior a 0.25, um domicílio será categorizado como em condição de insuficiência socioeconômica para cada uma das dimensões (TROVÃO et al., 2023).

Quadro 1 - Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis.

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Nome da Variável</b>
Educação	- Presença no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais analfabetos - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos fora da escola - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos de idade em defasagem escolar - Ausência no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais com, no mínimo, ensino médio completo	adulto_analf jovem_fora_escola jovem_em_defas0617 sem_ens_med_comp

Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais em situação de desalento</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais desocupadas</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais subocupadas</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais na informalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>desalento</li> <li>desocup</li> <li>subocup</li> <li>informal</li> </ul>
Renda e Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha de pobreza extrema (0.25 do salário mínimo)</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha da pobreza (0.5 do salário mínimo) sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo</li> <li>- Presença no domicílio de pessoas de 65 anos de idade ou mais sem aposentadoria ou pensão</li> <li>- Ausência de registro de propriedade do domicílio em nome de qualquer um de seus moradores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ext_pobreza</li> <li>pobreza_sem_assist</li> <li>idoso_sem_apos</li> <li>sem_propriedade</li> </ul>
Condições habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de material apropriado na composição das paredes do domicílio (alvenaria ou madeira apropriada)</li> <li>- Ausência de sanitário de uso exclusivo dos moradores do domicílio</li> <li>- Utilização de lenha ou de combustível inadequado para a preparação de alimentos no domicílio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>sem_parede</li> <li>sem_sanitario</li> <li>sem_combust_fogao</li> </ul>
Acesso a bens de consumo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um telefone (fixo ou móvel)</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos uma geladeira ou freezer</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos uma máquina de lavar roupas</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um televisor</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um computador</li> <li>- Ausência no domicílio de acesso à internet</li> <li>- Ausência no domicílio de ao menos um veículo (motocicleta ou automóvel)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>sem_telefone</li> <li>sem_geladeira</li> <li>sem_maq_lavar</li> <li>sem_tv</li> <li>sem_pc</li> <li>sem_internet</li> <li>sem_veiculo</li> </ul>
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência no domicílio de água proveniente da rede geral de abastecimento e distribuição</li> <li>- Ausência no domicílio de destino apropriado para o esgoto sanitário (rede geral ou fossa ligada à rede)</li> <li>- Ausência no domicílio de serviço de coleta de lixo</li> <li>- Ausência no domicílio de energia elétrica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>sem_agua_rede</li> <li>sem_esgoto</li> <li>sem_col_lixo</li> <li>sem_eletric</li> </ul>

Fonte: Trovão et al. (2023, p. 32).

Ademais, o valor da estimativa das frequências relativas dos domicílios em condição de insuficiência socioeconômica - estimada pela categorização dos domicílios - representa a proporção de domicílios nessa situação sobre a totalidade de domicílios, isto é, expressa o peso relativo. Isso indica que quanto maior o valor verificado para determinada dimensão, maior o grau de insuficiência socioeconômica nessa dimensão, sendo o contrário verdadeiro. O valor máximo é, evidentemente, 1, ou 100%, o que indica que todos os domicílios se encontram em insuficiência nessa dimensão. A disposição dessas proporções em um plano cartesiano com eixo no ponto (0,0) passa a assumir a forma de um polígono de seis lados.

No caso extremo em que 100% dos domicílios possuem insuficiência em todas as seis dimensões, isso formaria a figura de um hexágono na representação gráfica de radar. Cada um dos vértices da figura representa o grau de insuficiência socioeconômica em cada dimensão.

Com isso, a distância entre cada um dos vértices e o ponto central (0,0) pode variar entre 0 e 1, para uma realidade observável. Como afirmado anteriormente, a situação em que todos os domicílios situam-se em condição de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões, o hexágono regular representa a situação de ISM máxima (TROVÃO et al., 2023). Desse modo, o IISM é determinado da seguinte forma:

$$IISM = \frac{\sqrt{A_{obs}}}{\sqrt{A_h}}$$

Em que,  $A_{obs}$  é a área do polígono observado para qualquer unidade de análise e  $A_h$  a área do hexágono que representa o máximo grau de ISM. O IISM assumirá valor 1, para um elemento de análise com 100% dos domicílios em condição de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões.

Como o objeto de análise deste estudo é a ISM segundo a situação do domicílio, cabe destacar, em termos metodológicos, que o delineamento das áreas urbanas e rurais no Brasil é obtido por meio de critérios políticos-administrativos, cuja referência é o Decreto nº 311, de 02.03.1938. Com base nisso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu as áreas rural e urbana no país, designando as vilas e as cidades como áreas urbanas, e as demais áreas dos municípios como rurais (IBGE, 2023).

A partir de 1940, o IBGE passou a divulgar os dados censitários separando a população rural da urbana, em concordância com os critérios administrativos legais. No final da década de 1970, a divisão do urbano em Área Urbana e Área Urbana Isolada e, o rural, em Área Rural e Aglomerado Rural, resultou da ideia de se constituir subgrupos que retratassem melhor a realidade do país. Em 2018, o IBGE manteve a partição do território com base na divisão urbano/rural e suas ramificações, conforme revisão das definições de categorizações e delimitação dos setores censitários, utilizados no Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

Em síntese, os dados estimados pela metodologia aqui apresentada são para os domicílios segundo sua situação. Ou seja, definiu-se um domicílio como rural ou urbano de acordo com os critérios do IBGE. A próxima seção apresenta os resultados das estimativas para o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), considerando a expansão da amostra definida pela estrutura de ponderação amostral da PNAD Contínua, ou seja, seu plano amostral complexo, dividindo os domicílios segundo sua situação rural ou urbano para o total do Brasil nos anos de 2016 a 2024.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Antes de apresentar os resultados, cabe destacar que os anos de 2020 e 2021, não foram inseridos na análise pois o IBGE não divulgou os dados referentes às condições de vida, um resultado dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19 à elaboração de pesquisas domiciliares em um momento de necessário distanciamento social. Isso pode representar um desafio ao diagnóstico preciso dos potenciais efeitos da crise sanitária mundial, provocada pela pandemia, no exato momento de sua manifestação.

Segundo os resultados para o ano de 2016 (Apêndice A), a dimensão acesso a bens e serviços de uso coletivo, influenciada pelo indicador sem coleta de lixo mostrou que 61% dos domicílios no meio rural encontravam-se em insuficiência, enquanto no meio urbano essa proporção foi de 1,4%, uma diferença de 59,6 p.p. entre esses espaços. Esse mesmo padrão, em 2016, se manifesta no indicador de acesso à coleta de esgoto, com um diferencial de 58,6 p.p. Para esse indicador, em 2024, foi de 65,8% p.p. Isso demonstra a necessidade de se avançar em políticas públicas que promovam o acesso da população rural a um serviço que é básico, como aponta Castro e Cerezini (2023).

Outro destaque vai para a dimensão de condições habitacionais. No indicador sem combustível adequado para utilizar o fogão, os domicílios de área urbana tiveram um percentual de 9,2% em 2016, e no rural 58,3%, uma diferença 49,2 p.p. Em 2019 (Apêndice B), essa diferença foi para 51,5 p.p., em 2024 (Apêndice C), alcançou 51,5 pontos percentuais. É perceptível que a disparidade nesse indicador aumentou ao longo do período analisado, o que confirma a necessidade de políticas públicas que atendam às populações rurais do país.

Na dimensão de acesso a bens de consumo de uso individual, ressalta-se o indicador sem internet. De acordo com Apêndice A, no ano de 2016, no espaço urbano, 29,5% dos domicílios não possuíam acesso à internet. Já no rural, essa era a realidade para 70,7%, uma diferença de 41,3 p.p. Em 2024, essa disparidade caiu para 11,5% pontos percentuais devido ao avanço significativo do acesso à internet por parte dos domicílios no meio rural (uma queda de 70,7% para 18% de insuficiência de acesso, entre 2016 e 2024), um reflexo da expansão da telefonia móvel no país.

Apesar de o indicador sem internet apresentar um dos avanços mais significativos, especialmente em decorrência da disseminação do acesso a aparelhos de celulares ligados à rede, a dimensão de acesso a bens e serviços de uso individual ainda se mostra com um nível elevado de desigualdade entre os espaços rural urbano no que tange ao acesso a distintos bens,

como é o caso da máquina de lavar. O indicador sem máquina de lavar viu a discrepância entre urbano e rural em 2016, de 37,7 p.p., cair apenas para 35,1 p.p. em 2024.

No âmbito da educação, o rural, no indicador adulto analfabeto, apresenta uma diferença em termos de insuficiência da ordem de três vezes, quando comparado ao meio urbano. A diferença passou de 21,4 p.p., em 2016, para 18 p.p., em 2024. Embora tenha se verificado uma redução da insuficiência nessa dimensão, evidencia-se a necessidade de se avançar na promoção de políticas pedagógicas/educacionais que atendam às necessidades da população rural. Como enfatiza Pereira e Castro (2021), é necessário fomentar o acesso em termos quantitativos, mas, também, qualitativos, o que depende do avanço da infraestrutura educacional para a ampliação e qualificação do acesso aos serviços prestados, como são os casos da formação de professores e gestão das escolas etc.

Na esfera trabalho, é pertinente destacar o indicador de desalento, ou seja, a situação em que o indivíduo não está empregado e não está à procura de emprego. Esse indicador apontou que o rural possui, para todos os anos analisados, um percentual três vezes maior que o observado para os domicílios localizados no meio urbano. Já, quanto à informalidade, o espaço rural, em 2016, teve uma proporção de 52,2% de IS, passando para 48,4% em 2024. Nesse mesmo período, o meio urbano apresentou 32,9% de domicílios na informalidade em 2016, valor que passou para 34,1%, em 2024. Isso assevera a importância de políticas que assegurem o direito ao trabalho e a renda.

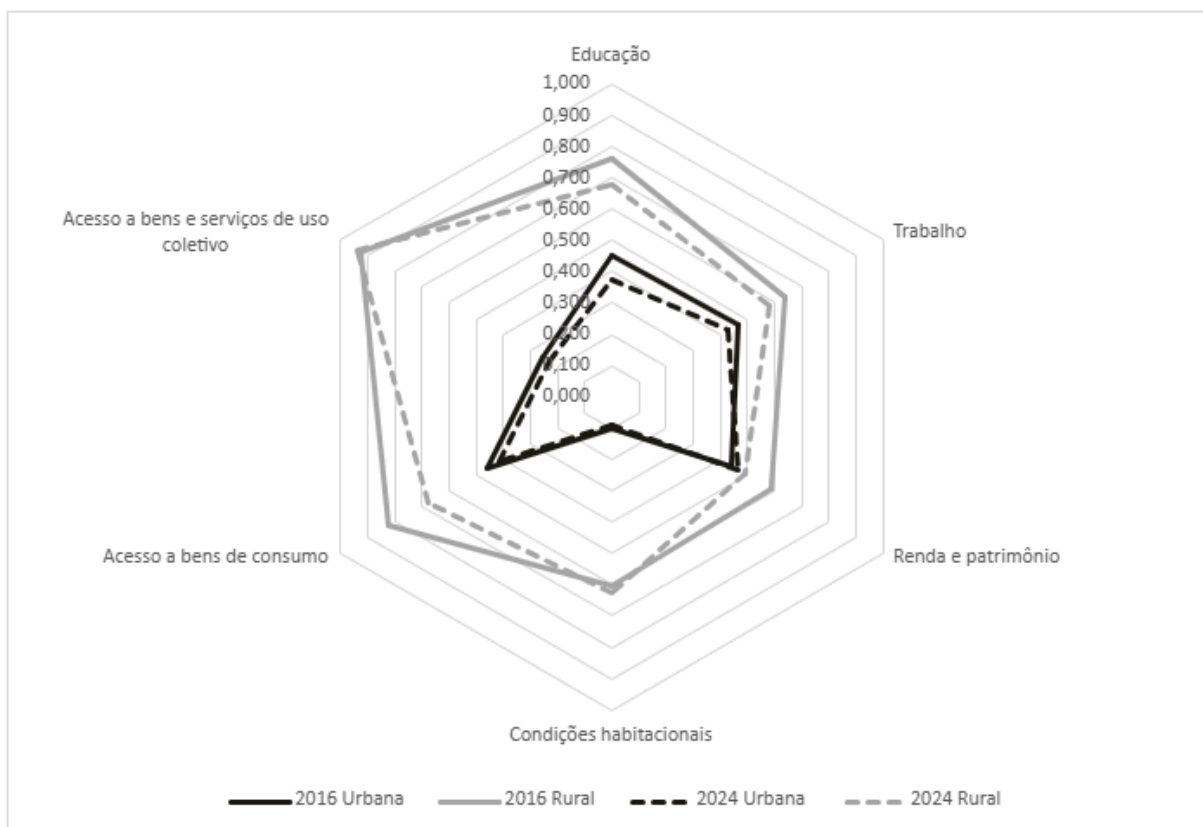
Na dimensão renda e patrimônio, houve uma redução da diferença entre o rural e urbano, destacando o indicador extrema pobreza, que de acordo com os dados do Apêndice A, em 2016, apresentou uma diferença de 17,3 p.p e, em 2024 (Apêndice C) de 9,5 p.p. a mais no meio rural quando comparado ao meio urbano.

A Gráfico 1 permite analisar de forma agregada as diferentes dimensões e seus respectivos indicadores. Para facilitar a visualização, optou-se por expor valores dos extremos da série - 2016 e 2024. Primeiramente, nota-se o reforço analítico da desigualdade multidimensional de caráter estrutural que se mostra persistente entre os meios rural e urbano no Brasil. Observa-se uma melhora mais expressiva nas dimensões de acesso a bens de consumo e de renda e patrimônio para o meio rural. Por outro lado, a dimensão condições habitacionais teve um aumento significativo.

A dimensão acesso a bens e serviços de uso coletivo foi a que apresentou, em termos relativos, o maior grau de insuficiência socioeconômica, algo que persistiu ao longo do período analisado. Isso pode ser visualizado pelo tamanho relativamente maior do polígono estimado para os domicílios rurais comparativamente aos situados no meio urbano.

Além disso, o gráfico abaixo revela que o nível de insuficiência da população que reside no ambiente rural se manifesta em termos multidimensionais. Ademais, revela que a atuação do Estado é fundamental para a promoção da inclusão social, especialmente por meio de políticas de acesso à rede de coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos, rede distribuição de água e de eletricidade. Esses elementos são, em grande medida, de responsabilidade do Estado, uma vez que o capital privado não tem interesse em ofertá-los em decorrência de sua incapacidade de proporcionar ganhos monetários que esse considere vantajoso. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que o Estado tem, como princípio constitucional, o dever de prover o acesso igualitário nos diferentes espaços.

Gráfico 1 - Representação gráfica hexagonal de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica conforme dimensões, Rural e Urbano, 2016 e 2024.

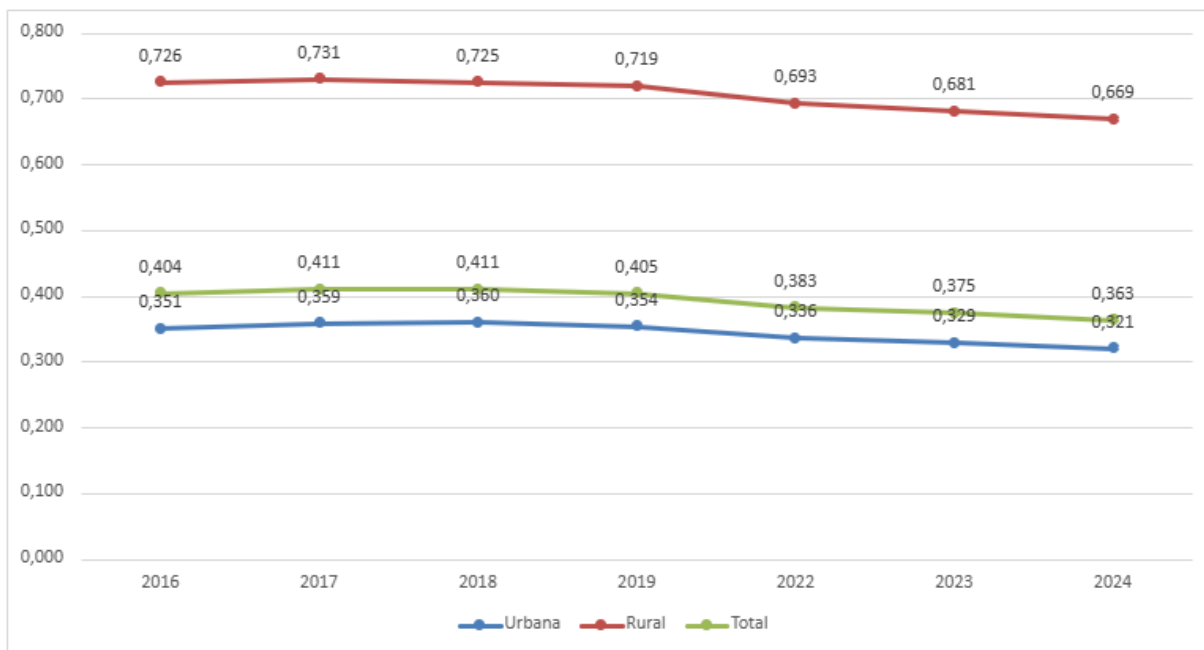


Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

A condição de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) é corroborada pelo Gráfico 2. O IISM, estimado para o período 2016-2024, exceto para 2020 e 2021, sintetiza as disparidades entre os espaços rural e urbano no Brasil. Mesmo que tenha sucedido uma redução de 2019 para 2024 no IISM dos domicílios situados no meio rural, ainda é muito

díspar a sua condição quando comparada à situação urbana. Em outras palavras, apesar das reduções na ISM, esse resultado revela que não houve expressiva redução das disparidades em termos estruturais entre os espaços rural e urbano no país.

Gráfico 2 - Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), Rural, Urbana e Total, 2016-2024.



Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

De modo geral, defende-se que um modelo de desenvolvimento socioeconômico precisa ser pensado para permitir que tanto domicílios urbanos quanto rurais tenham acesso a esse amplo conjunto de elementos que definem o que é a ISM. Isso é algo que poderá ampliar o bem-estar da sociedade de maneira geral, reduzindo desigualdades e a pobreza multidimensional no país.

Em suma, houve pouca mudança no quadro das desigualdades múltiplas entre os espaços urbano e rural. Além do mais, as desigualdades entre os meios rural e urbano permanecem como algo estrutural e complexo, exigindo a constante investigação de seus determinantes, para a orientação das ações necessárias à sua superação, como reforça Silva (2010).

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou contribuir de maneira empírica com a literatura econômica sobre a natureza histórica da pobreza e desigualdade entre os meios rural e urbano no Brasil, a partir de um enfoque sobre a condição de insuficiência socioeconômica. Esta pesquisa pode auxiliar na proposição, implementação e avaliação de políticas por parte de gestores e pesquisadores desses temas. Além disso, pretendeu-se colaborar para o debate acerca da necessidade de se tratar desses fenômenos com base em abordagens multidimensionais, contrapondo-se ao caráter unidimensional em que muitos estudos ainda se baseiam.

A metodologia aplicada contemplou dimensões que não se restringem à renda, como, educação, habitação e trabalho. Procurou-se deixar evidente que desigualdade e pobreza se manifestam em várias dimensões. Por meio do IISM, evidenciou-se a existência de disparidades espaciais entre os meios urbano e rural, especialmente no que tange ao acesso a bens e serviços de uso coletivo. A pesquisa desenvolvida analisou as mudanças que ocorreram no grau de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) para o período de 2016 a 2024.

Os resultados confirmam a existência de desigualdades que se mostram estruturais e que pouco se alteraram ao longo do período analisado. É importante ressaltar que a dimensão acesso a bens e serviços de uso coletivo apresentou o maior grau de insuficiência socioeconômica. Essa é uma dimensão em que o Estado é, em grande parte, o principal responsável pela oferta dos bens e serviços que a caracterizam. A dimensão de condições habitacionais apresentou um aumento no nível de insuficiência de 2016 para 2024 no meio rural.

Ademais, os resultados indicam ser fundamental o fomento de políticas públicas que respondam às necessidades de acesso a bens e serviços pelos domicílios do meio rural. Fatores como: investimento em infraestrutura social básica; políticas educacionais; programas de habitação rural; sistema de saneamento básico etc., mostram-se essenciais para a promoção de uma sociedade mais equitativa, participativa e inclusiva. Para alcançar efetivamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a redução da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) constitui condição essencial para a promoção da inclusão política, econômica e social.

Por fim, defende-se que, para discorrer de modo mais preciso acerca dos efeitos da Pandemia de COVID-19, seria necessária a divulgação dos microdados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) das PNADs dos anos de 2020 e 2021. Com elas,

poderia se verificar o potencial impacto de auxílios de transferência de renda emergenciais, diante da grave situação econômica e social provocada pela pandemia.

Nesse sentido, uma futura agenda de pesquisa que leve em conta as características iminentes de fenômenos como pobreza, desigualdade e Insuficiência Socioeconômica Multidimensional deve buscar ampliar o escopo das recomendações de políticas para o seu enfrentamento. Para isso, essas proposições não poderão escapar da reafirmação do papel do Estado nesse processo, especialmente da necessidade de ampliação do acesso a bens e serviços por meio da expansão de investimentos em infraestrutura social, que tem por objetivo cumprir um duplo papel: reduzir as desigualdades, a ISM e a pobreza, ao mesmo tempo em que promove crescimento econômico com geração de emprego e renda e de forma sustentável.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Flávia Alessandra Barbosa et al. **Efeito do crédito rural sobre a pobreza multidimensional no Brasil rural**. 2023.

BOSSERT, Walter; CHAKRAVARTY, Satya R.; D'AMBROSIO, Conchita. **Multidimensional poverty and material deprivation**. Cahier de recherche, n. 2009-11, 2009.

BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S.R. **The measurement of multidimensional poverty**. The Journal of Economic Inequality. Springer, v. 1, p. 25–49, 2003.

CASTRO, C. N. de; CERZINI, M. T. **Saneamento rural no Brasil: A universalização é possível?** [S.l.], 2023.

CHALOPA, R. F. de S. **A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970)**. 1. **Educar em Revista**, SciELO Brasil, v. 38, 2022.

DEDECCA, C. S. Contribuições para a agenda da política de combate à pobreza rural. MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. **A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a questão regional** (Org.), v. 16, 2013.

HENRIQUES, M. H. F. **Projeções da população total, urbano-rural e economicamente ativa segundo algumas alternativas de crescimento demográfico**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1985.

IPEA. **Ipeadata: base de dados macroeconômicos, regionais e sociais**. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 07 Out. 2025.

MARZULO, E. P.; HECK, M. A.; FILIPPI, E. E. **Desigualdades socioeconômicas no Brasil: dinâmicas territoriais no urbano e no rural**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 10, p. 1377–1402, 2020.

MEDEIROS, L. S. de; QUINTANS, M. T. D.; ZIMMERMANN, S. A. **Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas**. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, n. 1, 2014.

MEDEIROS, V.; OLIVEIRA, A. M. H. C. d. **O acesso à infraestrutura e a pobreza no Brasil: uma investigação empírica**. Revista de Economia e Sociologia Rural, SciELO Brasil, v. 58, 2020.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 111, p. 09–18, 2006.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados, SciELO Brasil, v. 15, p. 83–100, 2001.

PEREHOUSKEI, N. A.; JACINTO, J. M.; MENDES, C. M. **O rural e o urbano: contribuições para 2021 a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano**. Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 173–191, 2012.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. **Educação no meio rural: Diferenciais entre o rural e urbano**. [S.l.], 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. cap. 7.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia da Unicamp, 2017.

SILVA, M. O. d. S. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katálysis, SciELO Brasil, v. 13, p. 155–163, 2010.

TROVÃO, C. J. B. M. **Desigualdade multidimensional: uma abordagem keynesiana para o seu enfrentamento**. Tese (Doutorado) — [sn], 2015.

TROVÃO, C. J. B. M.; JUNIOR, A. H. M. D. S.; ARAÚJO, J. B. de. **Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da pnad contínua de 2016-2022**. 2023.

## APÊNDICE A

Tabela 1 - Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da IISM, Rural, Urbana e Total (%), 2016.

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<b>Educação</b>	adulto_analf	9,9	31,3	12,8
	jovem_fora_escola	2,1	3,6	2,3
	jovem_em_defas0617	14,4	17,9	14,9
	sem_ensi_med_comp	33,1	66,0	37,6
<b>Trabalho</b>	desalento	3,1	9,9	4,0
	desocup	15,5	9,4	14,6
	subocup	6,0	9,5	6,5
	informal	32,9	52,2	35,6
<b>Renda e patrimônio</b>	ext_pobreza	7,6	24,9	9,9
	pobreza_sem_assist	20,2	46,6	23,8
	idoso_sem_apos	3,3	1,5	3,0
	sem_propriedade	28,2	20,0	27,1
<b>Condições habitacionais</b>	sem_parede	0,6	4,6	1,1
	sem_sanitario	0,5	8,3	1,6
	sem_combust_fogao	9,2	58,3	15,9
<b>Acesso a bens de consumo</b>	sem_telefone	3,5	19,0	5,6
	sem_geladeira	1,1	7,0	1,9
	sem_maq_lavar	31,8	69,6	37,0
	sem_tv	2,0	6,9	2,6
	sem_pc	48,5	83,5	53,3
	sem_internet	29,5	70,7	35,1
	sem_veiculo	40,7	39,6	40,5
<b>Acesso a bens e serviços de uso coletivo</b>	sem_agua_rede	2,1	39,4	7,2
	sem_esgoto	24,6	83,2	32,7
	sem_col_lixo	1,4	60,8	9,6
	sem_eletric	0,0	1,5	0,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

## APÊNDICE B

Tabela 2 - Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da IISM, Rural, Urbana e Total (%), 2019.

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<b>Educação</b>	adulto_analf	9,1	29,1	11,8
	jovem_fora_escola	1,6	3,0	1,8
	jovem_em_defas0617	12,5	16,2	13,0
	sem_ensi_med_comp	30,0	62,4	34,4
<b>Trabalho</b>	desalento	4,0	13,1	5,2
	desocup	15,7	9,7	14,8
	subocup	8,4	12,1	8,9
	informal	35,7	49,3	37,6
<b>Renda e patrimônio</b>	ext_pobreza	8,4	26,3	10,8
	pobreza_sem_assist	20,2	46,2	23,8
	idoso_sem_apos	3,6	1,6	3,4
	sem_propriedade	29,8	20,8	28,6
<b>Condições habitacionais</b>	sem_parede	0,5	4,1	1,0
	sem_sanitario	0,7	12,7	2,3
	sem_combust_fogao	12,4	63,9	19,4
<b>Acesso a bens de consumo</b>	sem_telefone	3,1	15,6	4,8
	sem_geladeira	1,2	6,5	1,9
	sem_maq_lavar	29,2	65,6	34,1
	sem_tv	3,1	8,7	3,9
	sem_pc	54,1	85,9	58,4
	sem_internet	14,6	47,8	19,1
	sem_veiculo	39,0	37,9	38,8
<b>Acesso a bens e serviços de uso coletivo</b>	sem_agua_rede	2,2	40,2	7,4
	sem_esgoto	23,4	85,5	31,8
	sem_col_lixo	0,9	58,2	8,7
	sem_eletric	0,1	1,3	0,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

## APÊNDICE C

Tabela 3 - Proporção de domicílios conforme indicadores agrupados por dimensão da IISM, Rural, Urbana e Total (%), 2024.

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<b>Educação</b>	adulto_analf	7,6	25,6	9,6
	jovem_fora_escola	1,0	1,6	1,0
	jovem_em_defas0617	10,9	13,0	11,2
	sem_ensi_med_comp	26,7	57,3	30,2
<b>Trabalho</b>	desalento	2,7	9,3	3,4
	desocup	8,6	5,5	8,2
	subocup	5,4	8,8	5,8
	informal	34,1	48,4	35,7
<b>Renda e Patrimônio</b>	ext_pobreza	6,3	15,8	7,4
	pobreza_sem_assist	16,2	35,7	18,4
	idoso_sem_apos	4,0	1,9	3,7
	sem_propriedade	34,1	19,1	32,3
<b>Condições habitacionais</b>	sem_parede	0,4	2,9	0,7
	sem_sanitario	0,5	10,9	1,7
	sem_combust_fogao	8,3	59,9	14,2
<b>Acesso a bens de consumo</b>	sem_telefone	2,0	7,8	2,7
	sem_geladeira	1,3	5,2	1,7
	sem_maq_lavar	25,6	60,7	29,6
	sem_tv	5,2	10,9	5,8
	sem_pc	57,5	87,3	60,9
	sem_internet	6,5	18,0	7,8
	sem_veiculo	39,5	33,7	38,9
<b>Acesso a bens e serviços de uso coletivo</b>	sem_agua_rede	2,2	37,5	6,2
	sem_esgoto	21,9	87,7	29,4
	sem_col_lixo	0,7	55,2	6,9
	sem_eletric	0,1	0,8	0,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração dos autores.